

IMPERIALISMO, CRISE E FASCISMO**IMPERIALISM, CRISIS AND FASCISM****IMPERIALISMO, CRISIS Y FASCISMO**DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v11i2.34571>

Para o tema do fascismo, *Geminal* convidou a Professora Anita Leocádia Benário Prestes. Nesta entrevista responde a um roteiro de perguntas elaborado pelas Professores Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão e Maria de Fátima Rodrigues Pereira. O fascismo é frequentemente associado a autoritarismos, governos autoritários, nesta entrevista a Professora Anita Leocádia Prestes faz importantes considerações a respeito, considerando as relações de produção no contexto do capital monopolista, do imperialismo e suas crises.

Anita Leocádia Benário Prestes¹

Geminal: Considerando o seu artigo intitulado “Três regimes autoritários na história do Brasil republicano: o Estado Novo (1937-1945), a Ditadura Militar (1964-1985) e o regime atual (a partir do golpe de 2016)”², o que a leva hoje a escrever sobre o fascismo?

Anita Prestes: Se considerarmos a situação criada no Brasil, principalmente após a eleição presidencial de 2018, existe o risco de o regime atual de democracia restrita evoluir em direção a um regime de tipo fascista em nosso país, conforme assinalo no meu artigo. Penso que é necessário levar essa discussão para a sociedade brasileira.

G.: No seu artigo você analisa os elementos proto-fascistas da atual conjuntura brasileira. As milícias e poderes discricionários do estado seriam manifestação desse proto-fascismo? Você poderia discorrer mais sobre esses elementos na atual conjuntura brasileira?

A. P.: Penso que esses poderes podem ser considerados embriões a serem desenvolvidos num possível regime fascista. Considero, contudo, que tais elementos precisam ser mais estudados para definir seu papel na política brasileira atual.

G.: Você estabelece relação entre imperialismo e fascismo que se torna eixo das suas considerações sobre o fascismo. Pode desenvolver essa sua perspectiva?

A. P.: Para os marxistas a economia constitui a base do funcionamento das sociedades humanas, é um fator determinante em última instância, embora não exclusivo, dos fenômenos superestruturais. Na época

do imperialismo, identificado por V. I. Lênin pela formação do capital financeiro – fusão do capital bancário com o industrial –, a tendência política predominante é a do aumento da violência e da repressão do Estado burguês contra os trabalhadores. Segundo o dirigente da Internacional Comunista Jorge Dimitrov, o fascismo é um regime político caracterizado pela ditadura terrorista dos setores mais reacionários, mais chovinistas e mais imperialistas do capital financeiro. Tais setores lançam mão do fascismo em momentos de grave crise do sistema, quando os mecanismos da democracia burguesa se tornam insuficientes para assegurar os interesses do capital financeiro. Ao mesmo tempo, as tendências fascistas tornam-se predominantes quando as forças de esquerda não conseguem mobilizar e organizar os trabalhadores e os setores populares para resistir e derrotar o avanço da reação. O desencanto das massas com a incapacidade das forças de esquerda para resolver os graves problemas da nação constitui fator de peso para que amplas camadas sociais sejam atraídas pela demagogia fascista.

G.: Considerando o fascismo na Europa dos anos de 1930-1970 como analisar o franquismo e o salazarismo?

A. P.: Há que considerar que, após a Primeira Guerra Mundial e a vitória da Revolução de 1917 na Rússia, diante da crise que abalava os países europeus, o estabelecimento de regimes fascistas em vários países da Europa Ocidental foi a resposta encontrada pelos monopólios imperialistas para assegurar seus lucros e a sobrevivência do próprio capitalismo. O franquismo e o salazarismo estão inseridos nesse processo, embora seja necessário considerar as especificidades que lhes são inerentes, o que também deve ser feito nos casos mais conhecidos e emblemáticos da Itália e da Alemanha.

G.: Como se explica a captura das massas populares pelo fascismo?

A. P.: Como disse acima, num momento de crise, o desencanto e a insatisfação de amplos setores populares com a incapacidade das esquerdas apresentarem soluções para os problemas da nação, tornam-se terreno favorável para a demagogia de tipo fascista dos políticos associados aos interesses do capital financeiro nacional e internacionalizado.

G.: O fascismo estaria relacionado com a crise das democracias burguesas?

A. P.: Certamente, conforme aponteí acima.

G.: Do ponto de vista epistemológico o fascismo aguarda fundamentos nas correntes irracionalistas?

A. P.: O irracionalismo do discurso fascista – uma mescla de concepções desarticuladas, voltadas para a manipulação ideológica dos setores populares – se alimenta de ideias anticientíficas e arbitrarias.

G.: Quais os grupos sociais que têm no fascismo seu projeto de poder e como se manifestam?

A. P.: Na Europa dos anos vinte/trinta do século passado, os setores da pequena burguesia, ou seja, os pequenos proprietários arruinados com a crise, foram o setor social que constituiu a principal base de apoio do ascenso fascista. No Brasil de hoje, penso que o apoio a um regime autoritário, inclusive do tipo fascista, provém de amplos setores das camadas médias e de trabalhadores desesperados com a deterioração das suas condições de vida e de sobrevivência.

G.: Como o fascismo se apresenta na educação pública e na universidade brasileira?

A. P.: Assistimos, por exemplo, a campanha midiática a favor da “escola sem partido” e da supressão do ensino das Ciências Humanas – medidas voltadas para a liquidação do pensamento crítico e para impedir a formação de cidadãos livres em nosso país, para a criação de jovens incapazes de pensar por conta própria, o que pode ser “perigoso” para os interesses do grande capital internacionalizado.

G.: Análise no projeto “Future-se” elementos de privatização. É possível relacionar aspectos do fascismo nas privatizações e desmontes do estado no atual governo?

A. P.: A respeito desse projeto, concordo com as considerações a seguir, emitidas pelo professor **Roberto Leher**, ex-reitor da UFRJ:

A retirada da comunidade acadêmica dos principais conselhos de ministérios e órgãos que envolvem políticas públicas é congruente com o posicionamento governamental pouco amigável em relação ao conhecimento científico e está em linha com a tentativa de estabelecer um novo modelo de financiamento claramente inexecutável: os fundos não asseguram custeio e investimentos em infraestrutura geral. O fracasso previsível do novo modelo possivelmente desaguará no fim da gratuidade da pós-graduação e da graduação, novamente, um modelo impraticável no Brasil e que mostra sinais de crise em países como os Estados Unidos e Inglaterra.

O intento heterônomo de subordinar o essencial da vida universitária aos contratos de gestão é claramente inconstitucional. O pilar axial dessa inconstitucionalidade é o deslocamento do preceito “autonomia de gestão financeira” para “autonomia financeira”. Assim, medidas legítimas, como o intento das instituições valorizarem seu patrimônio e ampliarem suas receitas próprias, são desvirtuadas. No PL tais medidas são descaracterizadas para servir de pretexto para o controle governamental das instituições, novamente uma explícita afronta ao preceito constitucional da autonomia.

Nenhuma das medidas consubstancia a necessária política de desenvolvimento institucional das universidades, elaborada a partir do diálogo verdadeiro com as instituições e suas comunidades, assim como com as forças democráticas da nação. Em muitos países os governos compreenderam o sentido das mudanças em curso e ampliaram, substantivamente, as verbas públicas para a educação superior, para a pesquisa e, observadas suas particularidades, para a pesquisa e desenvolvimento. As opções de política econômica no Brasil projetam um cenário de redução da complexidade das cadeias produtivas e de abandono de bases científicas para a definição das políticas e, por isso, a tentativa de mudança no modelo de financiamento das IFES nada tem de conjuntural. É compatível com as medidas governamentais em curso. (LEHER, Roberto. Análise preliminar do “FUTURE-SE” indica a refuncionalização das universidades e institutos federais. RJ, 24/7/2019)

Tal modelo, certamente, é compatível com os objetivos de um regime autoritário – expressão dos interesses do capital financeiro internacionalizado, empenhado em lançar nas costas dos

trabalhadores todo o ônus da crise do sistema capitalista. Um modelo voltado para a privatização das universidades públicas e a marginalização do ensino universitário da maioria dos filhos dos trabalhadores. Um modelo, cuja aprovação pode contribuir para o estabelecimento do fascismo em nosso país.

G.: Como o fascismo impactou a vida dos seus pais e a sua?

A. P.: Minha mãe, Olga Benário Prestes, em 1936, no sétimo mês de gravidez, foi ilegalmente extraditada, pelo governo de Getúlio Vargas para a Alemanha nazista. Em 1942, foi assassinada numa câmara de gás, vítima do regime fascista encabeçado por Hitler. Eu nasci numa prisão de mulheres em Berlim e fui salva do nazismo por importante campanha internacional dirigida por minha avó paterna Leocádia Prestes. Durante a ditadura militar implantada no Brasil em 1964, nossa família foi novamente perseguida: meu pai, Luiz Carlos Prestes, o primeiro da lista de cassações de direitos políticos de acordo com o Ato Institucional nº 1, processado pelo regime militar, teve que viver na clandestinidade e no exílio. Eu também fui condenada e com os direitos políticos cassados fui forçada ao exílio. Minhas tias, perseguidas, tiveram seus passos acompanhados por agentes policiais e foram submetidas a processos judiciais instaurados pelas autoridades militares.

Notas:

¹ Anita Leocádia Benário Prestes é historiadora pela Universidade Federal Fluminense, professora de História do Brasil da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É filha de Olga Benário Prestes e de Luís Carlos Prestes, presidente do Instituto Carlos Prestes. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6910-8333> E-mail: anitaleocadiaprestes@superig.com.br

² PRESTES, Anita Leocádia. *Três regimes autoritários na história do Brasil republicano: o estado novo (1937-1945), a ditadura militar (1964-1985) e o regime atual (a partir do golpe de 2016)*. In: Revista de História Comparada - Programa de Pós-Graduação em História Comparada-UFRJ <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada>.